



## PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA: PARA ALÉM DA ASSISTÊNCIA ECONÔMICA

Hellen Cristina Xavier da Silva<sup>1</sup> - UFSCar  
Maria Cristina da Silveira Galan Fernandes<sup>2</sup> - UFSCar

Eixo – Sociologia da Educação  
Agência Financiadora: FAPESP

### Resumo

O ensino superior brasileiro tem passado por expansão nas últimas décadas. O ingresso de estudantes de camadas populares foi garantido por meio da Lei 12.711/2012, o que proporcionou um novo destaque para a questão da permanência universitária. O presente trabalho se refere a uma pesquisa de Iniciação Científica sobre a permanência de estudantes oriundos de escola pública em uma universidade federal, que buscou identificar as características socioeconômicas e culturais dos estudantes e as principais dificuldades para a sua adaptação no ensino superior. Como referencial teórico foi utilizada a teoria de Pierre Bourdieu, com destaque aos conceitos de capital cultural, *ethos*, *habitus* e campo. Para a coleta de dados foi utilizado questionário on-line com alunos matriculados nos últimos períodos dos cursos do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), oriundos de escolas públicas e entrevistas semiestruturadas com seis participantes da pesquisa que responderam o questionário. A análise privilegiou a técnica de triangulação de dados e a análise de conteúdo. Foi identificado que os estudantes pertencem a famílias de camadas populares, representam a primeira geração da família a ingressar no ensino superior e usufruem de bolsas-auxílio e/ou trabalham enquanto permanecem na graduação para proverem a sua subsistência. Para além do apoio econômico que recebem, os principais entraves para se manterem na universidade referem-se ao acompanhamento pedagógico do cotidiano acadêmico e as exigências culturais do ensino superior. Consideramos que tais problemas decorrem da falta de herança familiar e de capital cultural valorizado no campo científico, bem como da falta de um respaldo mais eficiente da universidade. Concluimos que as ações institucionais sobre a assistência econômica favorecem a permanência universitária, mas isso não ocorre em relação ao programa de acompanhamento pedagógico, ação fundamental para a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes oriundos de escola pública.

**Palavras-chave:** Permanência estudantil. Ensino superior público. Capital cultural. Habitus. Política educacional.

<sup>1</sup> Graduanda em Pedagogia pela UFSCar. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E-mail: xhellen68@gmail.br.

<sup>2</sup> Doutora em Educação Escolar (Unesp/Araraquara). Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. E-mail: mcsgfernandes@gmail.com

## **Introdução**

Este trabalho se insere nas discussões sobre acesso e permanência no ensino superior público brasileiro, o qual está em um processo de expansão. Visando favorecer o ingresso nas universidades públicas foi implementado em 2003 o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o qual possibilitou a criação de novos cursos de graduação e o aumento de vagas em cursos existentes, incluindo turmas noturnas.

Quase dez anos depois, em 2012, foi promulgada a lei de cotas, a Lei 12.711/2012, que reserva 50% das vagas de todos os cursos de graduação de instituições federais para estudantes que sejam oriundos de escola pública. Com a reserva de vagas a estudantes de baixa renda, negros e indígenas altera-se o quadro de estudantes universitários, formado por um público majoritariamente branco e elitista que, até então, usufruía do ensino superior público.

Com essas políticas que possibilitaram o aumento do ingresso de estudantes de camadas populares nas universidades públicas, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEs), que já existia desde 2007, ganha força e favorece os programas de assistência nas instituições, cujo propósito consiste em apoiar os estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que estejam em um quadro de vulnerabilidade socioeconômica, combatendo as desigualdades sociais e regionais, ampliando e democratizando as condições de acesso e permanência dos jovens do ensino superior público federal (NUNES, VELOSO, 2016).

Neste cenário, o objetivo deste estudo se voltou para a análise da permanência de estudantes oriundos de escola pública, matriculados nos últimos períodos dos cursos de graduação do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Os objetivos específicos da pesquisa consistiram em conhecer as características socioeconômicas dos estudantes; identificar em que condições foi realizada sua trajetória acadêmica; analisar como os estudantes vivenciaram o novo campo educacional; e compreender as principais dificuldades e entraves para a permanência na universidade.

Ressaltamos que a permanência universitária tem sido um desafio às universidades públicas, principalmente pelo processo de expansão e integração de indivíduos que foram historicamente excluídos da educação superior. Se preocupar com a permanência é se voltar para uma compreensão profunda de acesso, que se refere ao ingresso, permanência e qualidade de formação. Como lembram Silva e Veloso (2013), para discutir o acesso não basta falar de

“entradas”, é preciso se remeter ao “fazer parte”, ou seja, de inserção, participação e acolhimento. As autoras destacam que “acesso, num sentido mais profundo, refere-se a um pertencimento que se liga indissociavelmente ao senso de coletividade/universalidade e à *práxis* criativa” (SILVA; VELOSO, 2013, p. 729).

Consideramos que ao conhecer os estudantes e suas vivências no campo científico podemos inferir uma medição sobre a efetivação da permanência universitária (VELOSO; MACIEL, 2015; CORDEIRO; CORDEIRO, 2015). Apresentamos a seguir o referencial teórico que orientou nossa pesquisa.

### **Pierre Bourdieu e a desmistificação da ideologia do dom**

A partir das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, percebemos que o meio social dos estudantes pode influenciar o desempenho escolar, pois este está relacionado com a origem e com uma bagagem socialmente construída. Nesse sentido, trouxemos para a discussão da permanência universitária os conceitos de campo, capital cultural, *ethos* e *habitus*. Essas contribuições teóricas são relevantes à análise do estudo por desmistificar a ideologia do dom e da meritocracia sobre o desempenho escolar.

O ingresso de indivíduos de camadas populares nas universidades públicas não é suficiente para fazê-los pertencentes ao campo científico e não ocorre de uma forma simples. Segundo Bourdieu, a universidade é um campo de produção de conhecimento, um espaço de relações em que a luta que se trava é em busca da autoridade (ou de competência) científica. Como explica Bourdieu (1983, p. 122):

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em lutas anteriores) é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado.

Como *a priori* os estudantes que entram nas universidades não detêm capital científico, o capital cultural e o *ethos*<sup>3</sup> podem fazer a diferença no campo. O capital cultural é a bagagem de cultura transmitida principalmente pela família, mas também recebe influências ao longo da educação básica, das viagens e dos cursos realizados. Dessa forma, os discentes chegam ao

---

3 O *ethos* é um conceito de Bourdieu utilizado para se referenciar aos valores, atitudes e posturas diante do capital cultural e da instituição escolar (BOURDIEU, 2012).

ensino superior com um capital cultural que é usado para diferenciá-los e hierarquizá-los segundo o bem cultural que esses estudantes produzem, apreciam e consomem (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004).

O capital cultural é um conceito importante para compreendermos as desigualdades culturais, pois para Bourdieu (2012) a renda não é o fator determinante para o bom desempenho escolar. A bagagem de cultura construída, principalmente pelo meio familiar, e as atitudes e posturas em relação aos estudos é o que coloca o agente mais próximo ou distante do meio acadêmico. Contudo, é comum encontrarmos baixa escolarização nas camadas populares, o que influencia as trajetórias escolares de seus membros.

Bourdieu e Passeron (1975) esclarecem, ainda, que no interior da instituição escolar se exige não apenas o conteúdo escolar, mas um *habitus* escolar. Os comportamentos e a forma com que os estudantes se relacionam com os conteúdos e com a cultura acadêmica precisa estar de acordo com a forma legitimada pelo campo científico, inculcando-lhes um novo *habitus*. Novamente percebemos a influência da família e da origem sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, pois os filhos de pais graduados já detêm o *habitus* esperado pelo campo científico, facilitando a fruição no ensino superior e possibilitando a desigualdade de êxito, como destacado por Nogueira e Nogueira (2015) ao se referirem aos estudos de Bourdieu e Passeron:

[...] a escola não apenas valoriza a posse da cultura dominante, mas valoriza ainda uma certa forma de se relacionar com ela (marcada pela espontaneidade, desenvoltura, naturalidade), forma que é típica daqueles que a adquiriram precocemente, em seu meio social de origem, e inexistente entre aqueles que a receberam tardiamente e por meio de processos formais de aprendizagem\_ (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2015, p. 53).

Consideramos que os estudos de Bourdieu demonstram que a dificuldade nos conteúdos escolares que muitos estudantes vivenciam não está relacionada ao dom, aptidão ou inteligência, mas a fatores externos aos alunos que influenciam suas trajetórias acadêmicas. As dificuldades sentidas são elementos que interferem na permanência desses estudantes na universidade.

### **O caminho metodológico da investigação**

A pesquisa apresentou caráter qualitativo utilizando como procedimentos de coleta de dados a pesquisa de campo, o levantamento documental e bibliográfico. Iniciamos a fase de coleta de dados de campo com um questionário on-line enviado para todos os estudantes

matriculados nos dois últimos períodos dos cursos do Centro de Educação e Ciências Humanas (CECH<sup>4</sup>), da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Campus São Carlos.

Tal critério de seleção da amostra foi necessário para a compreensão das trajetórias acadêmicas dos estudantes na UFSCar, ou seja, o percurso que os estudantes percorrem a partir de seu ingresso na universidade até a proximidade de sua conclusão nos cursos escolhidos. A opção pelo CECH ocorreu por ser o Centro de Ciências da UFSCar com maior número de estudantes oriundos de escola pública e que usufruíram das Ações Afirmativas, de acordo com a pesquisa de Oliveira (2014).

O questionário on-line foi composto por questões fechadas, de múltipla escolha, relacionadas a dados pessoais e características socioeconômicas dos estudantes antes e durante o período de graduação; sobre a adaptação à universidade; e sobre as estratégias de atuação que auxiliaram os estudantes a superarem os entraves do cotidiano acadêmico.

Obtivemos o retorno de 90 questionários respondidos, sendo que 60 respostas eram de estudantes oriundos de escola pública e objeto de nossa pesquisa. Esses resultados foram tabulados e serviram de base para o desenvolvimento da segunda fase da pesquisa em que buscamos compreender de maneira mais aprofundada como se deram as vivências e as dificuldades da permanência universitária. Nessa fase utilizamos entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados com seis estudantes, oriundos de escola pública, que haviam respondido anteriormente o questionário on-line e aceitaram continuar participando do estudo.

Para a análise dos dados das entrevistas utilizamos a análise de conteúdo entendida como um método empírico, “dependente do tipo de fala a que se dedica e do tipo de interpretação que se pretende como objetivo” (BARDIN, 1977, p. 32).

Nesse sentido, consideramos também a técnica de triangulação de dados (TRIVIÑOS, 1987) que consiste em aliar os “Processos e Produtos centrados no Sujeito” (a averiguação das percepções do sujeito, elaborados pelo pesquisador), os “Elementos Produzidos pelo meio do sujeito e que têm incumbência em seu desempenho na comunidade” (documentos internos da instituição, principalmente ligados à vida das organizações) e os “Processos e Produtos originados pela estrutura sócio-econômica e cultural do macro-organismo social no qual está inserido o sujeito” (os elementos que se referem ao modo de produção da sociedade), conforme

---

4 Os cursos foram Ciências Sociais, Letras, Música, Imagem e Som, Linguística, Biblioteconomia e Ciência da Informação, Pedagogia, Educação Especial, Psicologia e Filosofia. O curso de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais não foi selecionado por ser um curso novo, que ainda não tinha turmas matriculadas nos últimos períodos quando iniciamos nossa pesquisa.

explicado por Triviños (1987, p. 138-9). Assim, a técnica de triangulação nos permitiu realizar uma análise ampla dos dados os quais apresentamos a seguir.

### **Permanência universitária: aprofundando a concepção**

O ensino superior brasileiro tem uma característica histórica de elitismo e exclusão. Gomes e Moraes (2012) destacam que do início desse nível de ensino, em 1810, até 1995, a educação superior foi estruturada como um “sistema de elite”, conforme análise de Trow (2005). A formação superior no Brasil foi pautada, assim, em “um sistema fechado, meritocrático e altamente seletivo, particularmente destinado a incorporar os membros das classes sociais privilegiadas” (GOMES; MORAES, 2012, p. 186).

O início da ruptura dessa característica de “sistema de elite” se origina na década de 1990, com a expansão da educação superior no país. Pesquisas retratam a expansão dessa fase no setor privado e um aumento quantitativo, pois não houve alterações no perfil dos estudantes do ensino superior no que se refere à diversidade étnica e social, enquanto que a partir dos anos 2000 a expansão atingiu o setor público, ainda que de maneira sutil, trazendo a inclusão social como principal característica (RISTOFF, 2014; CORDEIRO; CORDEIRO, 2015; NUNES, VELOSO; 2015; VELOSO; MACIEL, 2015; GOMES; MORAES, 2012). Dessa forma, indivíduos das classes trabalhadoras, as quais foram tradicionalmente afastadas de um determinado capital cultural e escolar, ampliaram seus ingressos na educação superior, diversificando o público universitário majoritariamente branco e elitista (RISTOFF, 2014; MACIEL, LIMA, GIMENEZ, 2016).

Com a inserção desse novo público universitário, torna-se necessário compreender o que é a permanência desses estudantes, como ressaltado por Nunes e Veloso (2015). Segundo as autoras, a permanência dos estudantes universitários pode ser entendida como: “aquela que garante a efetivação dos estudos com apoio estudantil, qualidade no ensino e todos os elementos que constituem um ambiente apropriado para o êxito no percurso acadêmico até a integralização do curso” (NUNES; VELOSO, 2015, p. 817).

O apoio estudantil é uma política social de direito, presente em normatizações brasileiras desde a Constituição Federal de 1934, ganhando novas adequações e proporções necessárias para viabilizar a permanência de estudantes com desvantagens econômicas e culturais nas universidades públicas (NUNES; VELOSO, 2016).

Atualmente, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAEs) é a política nacional de permanência universitária que visa democratizar as condições de permanência; minimizar

os efeitos das desigualdades sociais e regionais durante a estadia na universidade; reduzir a retenção e evasão; e promover a inclusão social por meio da educação (BRASIL, 2010). Para alcançar tais objetivos, diversas ações foram criadas nas universidades federais, favorecendo a conclusão dos cursos de graduação pelos estudantes. As ações passadas para as instituições e que estão amparadas pelo PNAEs são de caráter assistencial econômico e cultural.

O PNAEs decreta que fica a cargo da instituição federal a execução das ações de permanência estudantil. Maciel, Lima e Gimenez (2016) chamam a atenção para a complexidade dessas ações:

Permanecer na educação superior e concluí-la são ações determinadas por vários elementos e envolvem recursos humanos e econômicos, conjunto que representa, cada vez mais, esforços institucionais e o desenvolvimento de políticas específicas para favorecer o sucesso dos estudantes da Educação Superior pública (MACIEL; LIMA; GOMENEZ, 2016, p. 761).

Conhecer os estudantes, as suas vivências e implicações do cotidiano acadêmico é fundamental para analisar a permanência universitária e discutir a execução do PNAEs nas instituições. Veloso e Maciel (2015) reforçam que a medição da permanência universitária é realizada ao se conhecer o cotidiano dos estudantes, identificar as dificuldades e os conflitos que prejudicam a formação acadêmica. Embate esse que os estudantes cotistas “travam cotidianamente num ambiente acadêmico, ambiente este histórica e socialmente projetado para outra clientela” (CORDEIRO; CORDEIRO, 2015, p. 840). Para as autoras, a universidade deve se preocupar com os “muitos fatores que emergem do cotidiano universitário e provocam a universidade a criar e executar políticas de permanência que levem em conta a diversidade e a diferença [...]” (CORDEIRO; CORDEIRO, 2015, p. 835).

Com as pesquisas voltadas para os estudantes, as novas propostas para a permanência se tornam mais significativas, uma vez que surgiram dos próprios estudantes. Na próxima seção apresentamos os resultados de nosso estudo sobre a permanência universitária a partir das características socioeconômicas e vivências dos estudantes oriundos de escola pública sobre o seu cotidiano acadêmico.

### **Características socioeconômicas de universitários oriundos de escola pública**

A partir dos questionários on-line respondidos por participantes oriundos de escola pública, identificamos que esses estudantes pertencem a famílias de baixa renda, da classe média baixa, pois 78,3% possuem uma renda familiar de um a seis salários mínimos e também

78,3% residem em casas de três a cinco moradores. 75% dos estudantes têm residência familiar própria e 18,3% residem de aluguel. Dessa forma, percebemos que, apesar de pertencerem às camadas populares, os estudantes são oriundos de famílias com certa estabilidade econômica devido à suas moradias.

Apesar de boa parte das famílias dos estudantes terem moradia própria, é comum a mudança de cidade para realizar os estudos no ensino superior. Sobre a sua residência durante a graduação, 20% dos estudantes continuaram morando com seus pais e 8,3% residiram com outros familiares, enquanto que 46,6% moraram com outros estudantes ou amigos, em repúblicas e moradias estudantis, e 25% moraram sozinhos ou com o cônjuge. Ou seja, 71,6% dos estudantes oriundos de escola pública precisaram considerar a dinâmica financeira de subsistência como um elemento pertencente à trajetória acadêmica.

Assim, 18,3% dos universitários oriundos de escola pública foram sustentados por suas famílias, sem se preocuparem, necessariamente, em trabalhar ou adquirir uma bolsa para auxiliar a renda financeira. Já 81,7% precisaram levantar um recurso financeiro, seja através de bolsas ou trabalho.

As bolsas de cunho acadêmico como as de iniciação científica, extensão, iniciação à docência, monitoria de disciplinas, entre outros; e de auxílio, tais como moradia, alimentação, bolsa atividade, bolsa mãe, são componentes marcantes para a permanência dos estudantes oriundos de escola pública, pois 55% dos estudantes são beneficiados com tais fontes financeiras.

Nas entrevistas semiestruturadas, os estudantes destacaram a influência positiva e essencial das bolsas para a sua permanência na universidade:

Isso eu acho que foi o essencial. Se eu não tivesse a bolsa alimentação e a bolsa moradia, eu não estaria, certeza, no último ano. [...] eu sei que a minha família não teria 50 reais para me mandar, eles não têm. Então, eu dependia das bolsas para eu estar aqui (E3).

Nossa, é simples, se eu não tivesse [bolsa] eu não estaria aqui. Simples assim. Não haveria como estar aqui, até agora, sem essa política de permanência (E6).

Entre os estudantes bolsistas, 36,3% dependem apenas da bolsa como fonte de renda e 63,6% utilizam os recursos de bolsa e mais a ajuda financeira da família como forma de subsistência. Tal fato confirma a importância do incentivo financeiro para a permanência universitária, conforme destacado por Veloso e Maciel (2015). Segundo as autoras, “O apoio financeiro e auxílio aos estudantes é um dos elementos que favorecem a continuidade dos



estudos na educação superior, ou seja, contribui para a sua permanência” (VELOSO; MACIEL, 2015, p. 234).

Contudo, os estudantes afirmam que as bolsas recebidas não são suficientes, tornando necessário alguma forma de complementação de renda, como ilustra a fala de uma estudante:

[...] eu falava: “gente, não é só isso”, tanto que eu tive que procurar outras formas de ganhar alguma renda. Porque você não fica só com o almoço, janta e um lugar para dormir. Você tem a sua higiene, você tem o lanche da tarde, você tem xerox, você tem livro, você tem as suas passagens, você tem um milhão de coisas. O que eles te oferecem não é o suficiente para quem não tem auxílio nenhum da família (E3).

Identificamos, também, a importância das bolsas de cunho acadêmico para a permanência na universidade, pois entre os estudantes que assinalaram dependerem somente das bolsas, 70% tiveram a oportunidade de unir bolsas de cunho acadêmico e bolsas auxílio. Ainda assim, os 30% restantes, que tinham assinalado depender apenas de bolsas de cunho acadêmico, podem também ter sido beneficiados com bolsas que possibilitam acúmulo, como bolsas de monitoria, extensão ou de iniciação à docência (PIBID). Apesar das bolsas acadêmicas não terem o caráter de auxílio financeiro, a questão das bolsas nos alerta para a situação de precariedade do seu valor geral que acaba se constituindo em um auxílio financeiro, mas não suficiente para a manutenção dos estudantes.

Referente aos estudantes que trabalham, 35,2% complementam os seus salários com apoio financeiro da família, 11,7% trabalham para o próprio sustento, 47% contribuem para o sustento da família e 5,8% são os principais responsáveis pelo sustento de suas famílias.

Esses dados corroboram os resultados de outros estudos (CORDEIRO; CORDEIRO, 2015, SANTOS; GENTIL, 2015, NUNES; VELOSO, 2015) e contribuem para a compreensão de que estudantes oriundos de escola pública, por pertencerem a famílias de camadas populares, dividem seu tempo de estudo com o trabalho ou atividades remuneradas com bolsas, já que nenhum estudante permanece apenas com uma modalidade de bolsa auxílio. Dessa maneira, o tempo dividido entre estudos e trabalho e a dificuldade de se manter economicamente durante a graduação também traz mais empecilhos para uma melhor fruição da universidade, característica que continua comum em trajetórias escolares de estudantes de camadas populares (OLIVEIRA; MELO-SILVA, 2010).

Destacamos, ainda, o caráter injusto do trabalho para o desempenho desses estudantes. Como evidenciam Nunes e Veloso (2015) o trabalho é um dos elementos que interfere na permanência universitária, pois o aluno de baixa renda não consegue se dedicar à universidade tanto quanto o universitário que detém uma renda mais favorecida.

## Heranças culturais e suas implicações na formação acadêmica

A origem social dos estudantes oriundos de escola pública não interfere apenas na responsabilidade de subsistência, mas também no processo de aquisição de cultura. Segundo Bourdieu e Passeron (2015, p. 27), “de todos os fatores de diferenciação, a origem social é sem dúvida aquele cuja influência exerce-se mais fortemente sobre o meio estudantil [...]”, pois é por circunstâncias sociais que estabelecemos uma relação mais próxima ou distante com o meio escolar.

Os indivíduos de classes abastadas “herdaram de seu meio social os recursos culturais necessários para atender às exigências implícitas das instituições de ensino” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2015, p. 53), portanto, se relacionam com os conteúdos escolares de forma naturalizada, como uma extensão do que já vivenciam em seu contexto familiar e social. Já os estudantes de camadas menos favorecidas usufruem da escola como o principal acesso à cultura.

Ao ingressarem no ensino superior, os estudantes oriundos de escola pública sentem um estranhamento em relação à cultura acadêmica: “[...] quando eu estava no curso, eu não entendia nada do que as pessoas falavam, não entendia o que eu estava fazendo ali, não entendia o que era a graduação, do que ela se tratava, eu ia... eu seguia o ‘fluxo’” (E2).

Esse estranhamento não ocorre por acaso, pois foi verificado que 79,7% dos universitários oriundos de escola pública constituem a primeira geração familiar que ingressa no ensino superior. Ao falarem sobre a influência familiar em suas trajetórias escolares, os estudantes alegaram que houve incentivo, por parte da família, para a escolarização visando o mercado de trabalho, enquanto que o ensino superior não se mostrava como um objetivo: “[...] a vida que sonharam para mim não era bem essa de estudar, fazer um bom ensino básico para fazer a faculdade. Era fazer um bom ensino básico para conseguir um bom emprego na minha cidade mesmo” (E4).

Sem a perspectiva da família em relação à continuidade dos estudos, os participantes das entrevistas também declararam que não receberam ajuda, orientação ou um acompanhamento de suas famílias durante suas trajetórias escolares:

Não, mas acho também que não era uma característica estudar em casa. Assim, eu fazia, quando tinha atividade para casa, eu fazia em casa, mas não era um hábito. Não foi criado um hábito de estudar algumas horas depois da escola, estudar em casa. Isso eu não tive, eu fui aprender a fazer isso aqui na universidade (E1).

As contribuições teóricas de Pierre Bourdieu nos auxiliam a compreender esses dados. Considerando a herança familiar, principalmente no que se refere à transmissão do capital

cultural, percebemos que esses estudantes não receberam orientações escolarmente rentáveis para o campo científico. Além disso, as suas vivências no meio familiar se distanciavam de práticas de estudo, o que os colocam diante de uma ação nova a ser aprendida durante a graduação, reformulando seu *habitus* estudantil (SILVA, 2011).

Outra compreensão importante é sobre o *ethos* dos estudantes oriundos de escola pública. Como verificamos nos dados dos questionários, boa parte desses estudantes são de camadas populares, o que orienta as suas atitudes diante das condições em que estão inseridos. Nessa situação de inserção ao campo científico, o qual é desconhecido em suas heranças familiares, os estudantes detêm posturas de uma classe que não encontra na progressão da escolaridade a ascensão social.

Sobre a união do capital cultural (que recebe a influência da herança familiar) e do *ethos*, Bourdieu (2012, p. 50) esclarece que:

O capital cultural e o *ethos*, ao se combinarem, concorrem para definir as condutas escolares e as atitudes diante da escola, que constituem o princípio de eliminação diferencial das crianças das diferentes classes sociais. Ainda que o êxito escolar, diretamente ligado ao capital cultural legado pelo meio familiar, desempenhe um papel na escolha da orientação, parece que o determinante principal do prosseguimento dos estudos seja a atitude da família a respeito da escola, ela mesma função, como se viu, das esperanças objetivas de êxito escolar encontradas em cada categoria social.

Com essas características culturais em sua formação familiar, as principais dificuldades de adaptação ao ensino superior se encontram na própria aquisição da cultura acadêmica. A quantidade de leitura e de estudo foi o principal elemento que trouxe maior dificuldade para os estudantes oriundos de escola pública na adaptação ao ensino superior. Logo após, encontra-se a carga horária do curso e o terceiro elemento com maior dificuldade foi o conteúdo das disciplinas.

Os dados obtidos nas entrevistas também ressaltam a dificuldade de se acompanhar os estudos acadêmicos a partir de uma defasagem cultural apontada pelos estudantes como o principal obstáculo na permanência universitária, conforme observamos no trecho de fala a seguir: “Eu acredito que principalmente os conteúdos. Eu acho que essa base que se espera, o aluno de escola pública vem com muito mais defasagem do que [o aluno] de uma escola particular” (E3). Também para outro estudante:

Assim, tudo bem, eu já imaginava que seria difícil estudar em uma faculdade, mas eu acho que não imaginava a dificuldade acadêmica. [...] Então o primeiro final de semestre que eu tive que enfrentar foi terrível. Eu chorava no final de semana, queria voltar para casa (E4).

Mesmo que alguns elementos difíceis de adaptação à universidade possam ser comuns a todos os estudantes, como abordaram Cordeiro e Cordeiro (2015), os universitários oriundos de escola pública encontram maiores dificuldades por não possuírem capital cultural e o *habitus* que a universidade exige aos estudantes, como mostram Bourdieu e Passeron (2015, p. 39): “Todo ensino, e mais particularmente o ensino da cultura (mesmo científica), pressupõe implicitamente um corpo de saberes, de saber-fazer e sobretudo de saber-dizer, que constitui o patrimônio das classes cultas”.

Os estudantes oriundos de escola pública encontram maiores dificuldades de adaptação ao campo científico por não possuírem o *habitus* que a universidade requer, porém, como ressaltado por Setton (2002) e Faria (2011), o *habitus* pode ser modificado, adaptado, aprendido, mas isso requer um grande esforço, pois o *habitus* tem características duradouras. É nessa dimensão de esforço que os universitários oriundos de escola pública se encontram, em que é necessário procurar novas estratégias para a sua permanência.

Nogueira e Nogueira (2015) também ressaltam que para esses estudantes em que as famílias são menos escolarizadas, os estudos acadêmicos se tornam um processo de aculturação, em que eles precisam se distanciar de sua cultura de origem para incorporarem uma nova cultura. Portanto, o estudo no ensino superior, para o novo público discente, é um exercício de aquisição cultural mais árdua do que para os estudantes pertencentes às famílias que já detém esse nível de escolarização.

Bourdieu e Passeron (2015) chamam atenção para a distinção que ocorre entre os estudantes durante a aquisição cultural:

Na verdade, eles estão separados, não por divergências que distinguiriam cada vez categorias estatísticas diferenciadas sob uma relação diferente e por razões diferentes, mas por sistemas de traços culturais que partilham, ainda que não reconheçam, com sua classe de origem. [...], em tudo o que define a relação que um grupo de estudantes estabelece com seus estudos, exprime-se a relação fundamental que sua classe social mantém com a sociedade global, com o sucesso social e com a cultura (BOURDIEU; PASSERON, 2015, p. 38).

A partir dessas considerações sobre as desigualdades que ocorrem durante o processo de aquisição de cultura e a influência no desenvolvimento acadêmico, entendemos que a permanência universitária não pode ser resumida em assistência econômica:

Estudar a permanência nos remete a pensar a dinâmica acadêmica, num conjunto que possa oportunizar a participação dos estudantes em ações qualificadoras do ensino, ligadas a qualquer um dos eixos que sustenta a universidade (ensino, pesquisa e extensão). A inserção dos estudantes nessas ações é de grande valia para a sua fixação nesse espaço e esse envolvimento poderá garantir a sua permanência (LIMA, MALANGE, BARBOSA, 2016, p. 1286).

Cordeiro e Cordeiro (2015) também defendem a necessidade de aprofundar a concepção de permanência universitária:

[...] apesar de as questões socioeconômicas serem as mais citadas quando se trata de permanência na educação superior, outros fatores têm implicado, tanto pedagógicos como culturais, por exemplo, quando se fala do currículo, da formação permanente da comunidade universitária como um todo e da criação de espaços de discussão sobre a questão étnico-racial (CORDEIRO; CORDEIRO, 2015, p. 844).

A principal dificuldade para a permanência universitária, portanto, aparece na dimensão pedagógica e cultural. Os estudantes participantes da pesquisa relataram nas entrevistas que não tiveram um acompanhamento em seus estudos e orientações em relação ao campo acadêmico. Segundo os dados, os estudantes oriundos de escola pública receberam respaldo da universidade em relação às ações assistenciais de cunho econômico (bolsas auxílio), mas referente às suas principais dificuldades na permanência que são de caráter cultural, os estudantes não identificaram um apoio da instituição.

Segundo os dados da pesquisa, os estudantes oriundos de escola pública alcançam o término de seus cursos de graduação por iniciativas e estratégias individuais na superação de suas dificuldades acadêmicas. Contudo, a universidade pesquisada oferece um serviço de apoio, acompanhamento e orientação pedagógica, mas que está vinculada com o setor de graduação e não com o de assistência. Acreditamos que, possivelmente, essa seja a causa de os estudantes não o conhecerem ou não associarem o programa de acompanhamento pedagógico como uma ação de assistência estudantil.

Para dar maior visibilidade ao programa de acompanhamento pedagógico, a universidade está melhorando a divulgação e centralizando o local do serviço na biblioteca do campus (UFSCAR, 2017). Essa é mudança recente, mas que acreditamos ser uma estratégia da universidade para conseguir efetivar a sua ação sobre a permanência pedagógica e favorecer a inserção do estudante oriundo de escola pública no ensino superior.

## Considerações Finais

Com base na pesquisa realizada, consideramos que o ingresso de indivíduos de camadas populares no ensino superior público brasileiro tem sido efetivado por meio da Lei nº 12.711/2012, a conhecida Lei de Cotas. Assim, a permanência universitária tem ganhado esforços para efetivar o real acesso desses estudantes no meio acadêmico. Nesse contexto, analisamos a permanência de estudantes oriundos de escola pública no ensino superior, identificando as suas características socioeconômicas e culturais e suas principais dificuldades para a adaptação ao campo científico.

No que se refere à assistência econômica, percebemos que as bolsas auxílios e, também, de cunho acadêmico são uma influência positiva e essencial para a permanência dos estudantes oriundos de escola pública nas universidades. Contudo, não são suficientes para suprir as necessidades dos estudantes, fazendo com que eles busquem a união de bolsas ou uma outra forma de trabalho para complementar a renda.

Devido as suas origens sociais e culturais, os estudantes sentem a falta da herança de capital científico e a inadequação do *ethos* de camadas trabalhadoras para as suas inserções no campo científico. Há um estranhamento no que se refere à universidade, um processo de aculturação e esforço na aquisição do *habitus* e capital cultural que o ensino superior exige. Suas principais dificuldades de adaptação ao ensino superior são de ordem pedagógica e os participantes declararam não terem tido um respaldo da instituição.

Assim, percebemos que as ações de assistência econômica têm favorecido os estudantes oriundos de escola pública na universidade, porém isso não ocorre com as ações de caráter pedagógico e cultural. Para uma concepção mais profunda sobre a permanência universitária, torna-se necessário ampliar e fortalecer as ações institucionais de acompanhamento pedagógico. Propiciar um melhor acolhimento e qualidade de formação para os estudantes de camadas populares é efetivar o real acesso à educação superior.

## REFERÊNCIAS

BARDIN. Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1977.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1975.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Pierre Bourdieu. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 39-64.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Tradução Ione Ribeiro Valle, Nilton Valle. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. p. 1.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm) Acesso em 15 mar 2017.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. Estratégias de permanência de estudantes na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). In: Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br, XXIII, 2015, Belém – PA. **Anais...** Belém: ICED/UFPA 2015.

FARIA, Renata Mantovani de. **Habitus, expectativas e estratégias de formação e trabalho de alunos de escolas urbana e rural de ensino médio**. 2011. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

GOMES, Alfredo Macedo; MORAES, Karine Nunes de. Educação superior no Brasil contemporâneo: transição para um sistema de massa. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan-mar. 2012.

LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; MALANGE, Fernando Cezar Vieira; BARBOSA, Valci Aparecida. Programa de assistência estudantil na UNEMAT: política de permanência? In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, XXIV, 2016, Maringá, PR. **Anais...** Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos\\_5.htm](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos_5.htm) Acesso 7 mar 2017.

MACIEL, Carina Elisabeth; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **RBPAAE**. v. 32, n. 3, p. 759 – 781. set/dez 2016.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. A realidade social segundo Bourdieu: o espaço social, os campos e os tipos de capital (econômico, cultural, simbólico e social). **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 29-50.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. Os herdeiros: fundamentos para uma sociologia do ensino superior. **Educação e Sociedade**, v. 36, n. 130, p. 47-62, jan-mar, 2015.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Elementos que interferem na permanência do estudante na Educação Superior pública. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, XXIII, 2015, Belém, PA. **Anais...** Belém: ICED/UFPA, 2015. p. 815-830.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, XXIV, 2016, Maringá, PR. **Anais...** Disponível em: [http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos\\_5.htm](http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos_5.htm) Acesso 7 mar 2017.

OLIVEIRA, Melina Del'Arco de; MELO-SILVA, Lucy Leal. Estudantes universitários: a influências das variáveis socioeconômicas e culturais na carreira. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** –SP, v. 14, n.1, p. 23-34, Jan/Jun. 2010.

OLIVEIRA, Maísa Aparecida de. A atividade discente na universidade: os impactos da produtividade acadêmica na formação dos estudantes. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. **Avaliação** (Campinas), v. 19, n. 3, p. 723-747, Nov. 2014.

SANTOS, Graciele Marques. GENTIL, Heloisa Sales. Expansão do acesso à educação superior: qualidade na formação de professores? In: Seminário Nacional da Rede UNIVERSITAS/Br, XXIII, 2015, Belém, PA. **Anais...** Belém: ICED/UFPA, 2015.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**. n. 20, p. 60-70, Mai/ago. 2002.

SILVA, Maria das Graças Martins da; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Acesso nas políticas da educação superior: dimensões e indicadores em questão. **Avaliação**. Campinas; Sorocaba, SP, v. 18, n. 3, p. 727-747, nov. 2013.

SILVA, Marilda da. Habitus professoral e habitus estudantil: uma proposição acerca da formação de professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, n.03, p.335-360, dez. 2011.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Pesquisa Qualitativa. In: **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 116-170.

TROW, M. **Reflections on the transition from elite to mass to universal access: forms and phases of higher education in modern societies since WWII**. Berkeley: University of California, 2005.



UFSCAR. Biblioteca Comunitária. **BCo recebe Programa de Tutoria da ProGrad**. 2017. Disponível em: <http://www.bco.ufscar.br/espacos-bco/programa-de-tutoria/bco-recebe-programa-tutoria-prograd> Acesso em: 07/04/2017.

VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar; MACIEL, Carina Elisabeth. Acesso e permanência na educação superior – análise da legislação e indicadores educacionais. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 224-250, jan/abr 2015.